



Bruno Simão

contratos anteriores a 1990 alegaram ter carências financeiras nos processos de aumento das rendas.

3 SOBRE A REFORMA EM CURSO

“evitar a prestação de falsas declarações no pedido de RABC”, defende a Comissão de Monitorização. Esta é uma preocupação dos proprietários, já que a declaração passada pelas Finanças, além dos dados do IRS, é dada com base nos dados fornecidos pelos inquilinos, por exemplo, no que respeita ao número de pessoas que compõem o agregado familiar. Resta saber como é que isso poderá ser contornado, uma vez que a lei condiciona a contabilização de outras pessoas, que não as declaradas pelos inquilinos, à autorização dessas mesmas pessoas.

INQUILINOS DEVEM PODER PEDIR REAVALIAÇÃO FISCAL DO IMÓVEL

Seria oportuno ponderar a possibilidade de o inquilino passar a ter legitimidade para solicitar uma reavaliação do imóvel, para efeitos

de alteração do valor patrimonial do imóvel (VPT) arrendado, indica o anteprojecto de relatório. Esta é uma reivindicação dos inquilinos, uma vez que o VPT dos imóveis, fixado pelas Finanças, condiciona o aumento de renda em caso de falta de acordo com o senhorio. No entanto, ainda que não concordem com o VPT, os inquilinos nada podem fazer. O PSD, recorde-se, chegou a considerar alterar a Lei para resolver a questão, mas acabou por não avançar e esperar pelo relatório da Comissão das Rendas.

MELHORAR PROVA DE MICROENTIDADE

Face às dúvidas que se têm colocado, deverá ser identificada a entidade competente para a certificação de uma microentidade, seja através da aprovação de um formulário próprio com a

identificação dos documentos necessários à prova dessa situação legal, indica o anteprojecto.

criação de um modelo de carta para as negociações

Para evitar que formalidades legais não sejam cumpridas e isso inviabilize os processos negociais, a comissão sugere que seja criado um modelo de carta para o proprietário fazer a proposta de aumento e outro para os inquilinos darem a sua resposta.

Balcão do arrendamento tem deficiências de funcionamento

É outra das preocupações da Comissão, segundo a qual há deficiências quer ao nível da informação prestada, quer do próprio funcionamento do Balcão, nomeadamente na articulação com os tribunais.

Problemas do portal das Finanças são “recorrentes”

Na semana passada, o Portal das Finanças colapsou, incapaz de dar resposta ao anormal fluxo de tráfego provocado pelo envio de 1,4 milhões de notificações a contribuintes que tinham em atraso o pagamento do Imposto Único de Circulação, conhecido como selo do carro. Entre as pessoas que tentaram consultar a sua situação directamente na net e aquelas que se dirigiram aos balcões dos serviços, as solicitações foram tantas que os serviços não aguentaram e a Administração Tributária acabaria por ser obrigada a alargar o prazo de resposta às notificações. “Entretanto a situação acalmou, mas certamente que os problemas voltarão quando se aproximar o final do novo prazo”, afirma Paulo Ralha, presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos.

Aliás, os problemas com o site “são recorrentes”, diz Ana Cristina Silva, da Ordem dos Técni-

Falta um investimento no sistema informático que é sucessivamente adiado.

PAULO RALHA
Presidente do STI

cos Oficiais de Contas. “Nos finais dos prazos há sempre congestionamento de tráfego e funcionalidades que são desligadas para poderem ser canalizados recursos para as entregas de declarações”, acrescenta, sublinhando que “isso é assumido pela própria Administração Tributária”.

Os TOC relacionam-se quase diariamente com o Fisco e são inúmeras as vezes em que são obrigados a esperar e ir tentando até conseguirem autenticar-se e entrar no site. Com a recente obrigatoriedade de envio mensal das facturas pelos comerciantes, já há quem opte pelo envio diário ou semanal, que o Fisco também aceita, para evitar os congestionamentos. Pequenos “truques” que não resolvem o problema de fundo que, sustenta Paulo Ralha, exige um investimento no sistema que a AT tem sucessivamente adiado.